

ÉTICA NA PESQUISA CIENTÍFICA – O PAPEL DO PROFESSOR NA CONSTRUÇÃO DE UM CIDADÃO ÉTICO

Cláudia Maria Tagata¹

TAGATA, C. M. Ética na pesquisa científica - o papel do professor na construção de um cidadão ético. *Rev. Ciênc. Jur. e Soc.* da Unipar. Umuarama. v. 11, n. 1, p. 115-125, jan./jun. 2008.

RESUMO: O presente artigo trata da importância do papel dos professores, e dos educadores de uma maneira geral, na formação ética e profissional de seus alunos. Ressalta a importância da pesquisa científica na formação do raciocínio lógico e consciente. Destaca a utilização cada vez mais freqüente do plágio e a importância do papel dos educadores, a fim de que façam os alunos se interessarem pela pesquisa científica ao invés de copiar as idéias alheias. Demonstra que o crescente número de plágio não está diretamente relacionado à facilidade de acesso às informações, mas sim, e principalmente, à mentalidade dos alunos que preferem soluções práticas e fáceis a pesquisas geralmente trabalhosas e cansativas. Enfim, destaca a importância de instigar e promover o desenvolvimento ético do aluno, uma vez que esse aprendizado irá refletir no caráter do profissional do futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Ética; Pesquisa científica; Professor; Educação

ETHICS IN SCIENTIFIC RESEARCH – THE PROFESSOR'S ROLE FOR THE BUILDING UP OF AN ETHIC CITIZEN

ABSTRACT: This article deals with the importance of the professors and educators' role in general for the ethical and professional formation of their pupils. The importance of scientific research for the formation of the logical and conscientious reasoning is pointed out. It highlights the even more more usual use of plagiarism as well as the importance of the educators' role so that they make the pupils if to interest for the scientific research instead of copying the other people's ideas. It demonstrates that the increasing number of plagiarism directly is not related to the access easiness the information, but yes, and mainly, to the mentality of the pupils who prefer practical and easy solutions the laborious and generally tiring research. At last, it detaches the importance of instigating and

¹ Advogada formada pela Universidade Estadual de Londrina. Docente em prática jurídica na mesma Universidade. Mestranda em Direito Processual e Cidadania na UNIPAR – Universidade Paranaense. E-mail: claudiatagata@yahoo.com.br

promoting the pupil's ethical development as such learning will reflect in the character of the professional of the future.

KEY WORDS: Ethics. Scientific Research. Professor. Education.

ÉTICA EN LA INVESTIGACIÓN CIENTÍFICA – EL PAPEL DEL PROFESOR EN LA FORMACIÓN DE UN CIUDADANO ÉTICO

RESUMEN: Este artículo trata de la importancia del papel de los profesores y de los educadores de una manera general, en la formación ética y profesional de sus alumnos. Resalta la importancia de la investigación en la formación del raciocinio lógico y consciente. Destaca la utilización cada vez más frecuente del plagio y la importancia del papel de los educadores, de modo a hacer con que los alumnos se interesen por la investigación científica en lugar de copiar las ideas ajenas. Demuestra que el creciente número de plagios, no está directamente relacionado a la facilidad de accesos a las informaciones, pero sí, y principalmente, a la mentalidad de los alumnos que prefieren soluciones prácticas y fáciles a investigaciones generalmente laboriosas y exhaustivas. En fin, destaca la importancia de instigar y promover el desarrollo ético del alumno, una vez que ese aprendizaje irá reflejar en el carácter del profesional del futuro.

PALABRAS CLAVE: Ética, Investigación Científica, Profesor, Educación.

1. INTRODUÇÃO

As questões que envolvem a ética podem ser abordadas sob os mais variados ângulos e pontos de vista. Aqui, optou-se por uma abordagem que relate a Ética à formação digna e moral do cidadão, obtida através da educação.

Os trabalhos científicos, de um modo geral, e aqui se enquadram os trabalhos na área das ciências humanas, devem se engajar no sentido de compartilhar o saber, no escopo de melhorar a formação humanística e mesmo a prática daqueles que irão atuar no mundo prático-profissional.

Os trabalhos acadêmicos visam, antes de tudo, estimular o conhecimento e, ao mesmo tempo, preparar e integrar o profissional às novas exigências do mundo profissional. Igualmente, algumas Leis e Portarias do Ministério da Educação ressaltam a importância da pesquisa científica, quando realizada de forma idônea, para a formação do raciocínio lógico e consciente do estudante, fazendo com que ele tenha um maior conhecimento das mudanças e características do mundo que o cerca.

Contudo, apesar da importância da participação dos alunos nas pesquisas

científicas, assunto que emerge como princípio basilar e inquestionável a ser considerado, é o uso cada vez mais freqüente da desprezível técnica de produzir conhecimento científico baseado em idéias alheias, plagiando a contribuição pessoal de quem se propõe a produzir conhecimento científico sério.

O verdadeiro trabalho de pesquisa deve, sempre, pautar-se em princípios éticos. Esta consciência precisa ser estimulada e desenvolvida em todas as áreas de graduação, principalmente pelos professores e orientadores que, direta ou indiretamente, são responsáveis pela criação científica de seus discentes.

A era da globalização parece “facilitar” o trabalho dos alunos, pois tudo o que se busca está ali, a um “clic”. Nesta seara, papel de extrema importância está nos educadores de uma forma geral, que devem estar aptos a desenvolver nos alunos o interesse pela pesquisa, pelo raciocínio, pela descoberta, uma vez que esses alunos, e toda sua carga educacional, farão refletir no profissional do amanhã.

2. A EDUCAÇÃO NO MUNDO GLOBALIZADO

A evolução técnico-científica presenciada na era moderna ocasionou uma verdadeira revolução nos meios de comunicação, principalmente com o advento dos microcomputadores e da internet. Com a rapidez com que se pode buscar informações em qualquer canto do mundo, surgiram facilidades impensáveis até poucos anos atrás. As pessoas podem acessar jornais, livros e revistas sem, sequer, sair de seus quartos.

De fato, o mundo globalizado e a dinâmica das redes de comunicação colocam as pessoas em contato direto e permanente com todas as fontes de informação em qualquer parte do mundo, e os jovens da chamada “Sociedade da Informação” já nascem em uma sociedade em que o saber é um poder dos mais atuantes e democráticos (MARTINEZ, 2006).

Contudo, apesar das facilidades promovidas pelo “micro-boom”, que permite o acesso às informações de qualquer canto do mundo em fração de segundos, o uso indevido dessas ferramentas eletrônicas e digitais promovem também a banalização do plágio, com a cópia indiscriminada de textos, trechos e, até mesmo, de trabalhos inteiros, disseminando a ocorrência cada vez mais freqüente desses crimes virtuais, se é que assim se pode chamar.

2.1 O Plágio e o Papel do Professor

Porém esta facilidade de acesso às informações não pode servir como justificativa para o grande número de plágios em pesquisas acadêmicas. Esta

prática já existe há muito tempo, em igual ou maior quantidade. O que de fato se verifica é que a modernização dos meios de comunicação, ao mesmo tempo em que facilitaram a disseminação da informação, proporcionaram também formas mais eficazes para se constatar o uso indevido da mesma, o que não acontecia em tempos anteriores. Este fato leva a refletir que a revolução dos meios de comunicação não está diretamente relacionada ao aumento do número de plágios, mas com suas descobertas.

É de se dizer que este ilícito civil, que afronta o direito de personalidade do autor do trabalho científico, não é obra exclusivamente realizada através da internet. Muitos trechos ou idéias contidas em jornais, revistas, encyclopédias e até compêndios acadêmicos são alvo de roubo intelectual, sendo apenas mais difícil sua comprovação.

Comungando com os ensinamentos de Costa Neto (1998, p. 189), o plágio constitui crime de “usurpação intelectual” dos mais repudiantes, pois que “por sua malícia, sua dissimulação, sua consciente e intencional má-fé”, o plagiador apropria-se de obra intelectual alheia como se sua fosse.

Portanto, de suma importância é o papel dos professores e orientadores educacionais, pois que também deles é o papel de “construir” um aluno revestido de indefectível postura ética e que entenda e respeite as idéias e os pontos de vista alheios, sabendo dar os devidos créditos a quem de direito.

O papel do professor passa a ser, também, o de incutir no aluno o despertar por um rigor científico necessário, revestido de uma indestrutível postura ética (FURTADO, 2002, p. 4). O conhecimento, por definição, envolve responsabilidade e ética, e os educadores têm em suas mãos a possibilidade de despertar nos alunos uma postura ética e crítica também em relação à vida, pois, se permitirem ou se fizerem “vista grossa” para o problema, que tipo de profissionais ou cidadãos estará formando? Pensadores hábeis comprometidos com a justiça e a ética, ou simples ladrões de idéias?

O filósofo e pesquisador Michel Seres entende que a diferença entre as pessoas é sua “capacidade crítica, sua postura acadêmica e sua responsabilidade para com o conhecimento”. Ou seja, é preciso formar cidadãos que aprendam a construir uma sociedade mais digna e mais justa, com o escopo de formar indivíduos mais conscientes de seus deveres, de seu papel dentro de uma sociedade (SERES, 1996). Neste contexto, o papel de professores e orientadores é de suma importância.

3. CONSTRUINDO UMA CIDADANIA ÉTICA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO

Ao longo da história, a conduta dos cidadãos foi baseada em leis estabelecidas de acordo com os costumes dominantes da época. Isso ocorria para proporcionar o respeito mútuo entre as pessoas, havendo o compromisso de repassar esses padrões de comportamento às gerações futuras.

Esta “educação” era ensinada através da família, que contava com a ajuda das instituições de ensino. Atualmente, como a família vive atropelada pela modernidade, e nem sempre os pais estão presentes, essa educação transferiu-se sobremaneira para as escolas e para os professores.

Assim, também a escola é solidariamente responsável pela construção dos cidadãos, ensinando aos alunos, entre outras coisas, a agir com respeito, com solidariedade e com ética. Esta educação, sem sombra de dúvida, irá refletir no futuro, na postura profissional e pessoal do aluno, posto que estes valores são levados para a vida toda.

Conseqüentemente, as pessoas precisam, desde cedo, assumir esses princípios éticos, desenvolvendo sua capacidade de autonomia moral, elegendo, conscientemente, valores éticos de conduta pessoal e social.

No atual contexto histórico e social, a sociedade contemporânea presencia uma verdadeira crise de sentidos, em que os homens não mais parecem saber o verdadeiro sentido dos “valores”, e o vulgar, o banal e o trivial emergem cada vez mais intensos (OLIVEIRA, 2005, p. 15). É fato que os valores se perderam no tempo e o ser humano está, cada vez mais, desumanizado. Nesta seara os professores, orientadores, enfim, os educadores em geral, podem contribuir para a formação de profissionais dignos e seres humanos éticos, ajudando na construção de uma sociedade mais ética, uma vez que a “escola é palco para as grandes transformações sociais” e desempenha papel de extrema importância social (LONGO, 2003).

3.1 O Aluno Ético de Hoje, o Profissional Ético do Amanhã

A transmissão do saber deve preconizar uma sociedade fundada em princípios ético-sociais voltados para a verdadeira cidadania. Deve ter o educador a convicção de que seu trabalho é primordial para as mudanças sociais, pois, ensinar uma pessoa a viver de forma ética, oferecendo subsídios para que, conscientemente assuma seu papel de cidadão, é, com certeza, a chave para a construção de uma sociedade mais crítica e competente (LONGO, 2003).

Para isso, é preciso despertar o senso crítico, é preciso ensinar a pensar

e a questionar, é preciso “inquietar o aluno na busca do saber” (RODRIGUES, 2003). E assim, formando e transformando, o educador estará oferecendo critérios e valores que os alunos poderão utilizar de forma digna e responsável.

Eis que insurge uma questão bastante delicada, pois, ao mesmo tempo em que a educação, e aqui se entenda o ato de ensinar, traz em seu bojo a idéia de ética, ainda que de forma implícita, pois educar é conduzir o aluno a partir de valores presentes na conduta e no discurso de quem educa, é perigoso afirmar que a “ética” possa ser ensinada, “principalmente porque não se educa estritamente com o que se sabe, mas fundamentalmente com o que se é” (MARTINS, 2008, p. 1-2). Mas, particularmente, acredita-se ser este aprendizado possível.

O agir moral significa, em breves linhas, não se ater apenas ao seu próprio ponto de vista, mas ser capaz de realizar esta “descentração”, pois, assim, o indivíduo vai ser capaz de questionar, pensar e criticar, construindo um ponto de vista próprio, mas absorvendo aquilo que a sociedade tem para oferecer. Deve reconhecer que o mundo é feito por seus semelhantes que, apesar de humanos, são muito diferentes, mas com quem devem partilhar tudo, inclusive conhecimentos (MARTINS, 2008, p. 1-2).

Em suma, se existem os que afirmam que a ética não pode ser ensinada nas escolas, nas diversas graduações, não podem dizer, entretanto, que não existam ocasiões no cotidiano acadêmico nos quais os alunos não possam aprender a agir de forma ética (MARTINS, 2008, p. 1-2). É o caso, por exemplo, dos trabalhos científicos, em que os professores podem optar por incentivar os alunos a pensar, a serem críticos, despertando neles modelos éticos mais exigentes, ou podem optar por favorecer modelos calcados na incerteza, na indiferença, quando não analisam a fundo o conteúdo dos trabalhos apresentados, ou pior, quando ficam indiferentes a possíveis casos de plágio, não reprimindo e corroborando a ilicitude do ato.

Segundo Aristóteles, o comportamento humano é o grande fator distintivo da ética, vale dizer, o modo como o ser humano age diante de si mesmo e de terceiros é o que determina se sua conduta é ética ou não (ARISTÓTELES, 2001, p. 34-36). Essa tomada de decisão, por sua vez, requer consciência e discernimento, o que leva a concluir que, no plano valorativo, as ações humanas têm origem na escola (ARISTÓTELES, 2001, p. 114). Vale dizer, a conduta humana tem por origem um raciocínio, que possibilitaria optar pelo caminho da ética e da verdade, ou não.

Depreende-se dos ensinamentos aristotélicos que a ética e a virtude são “hábitos”, que apenas se consolidam com a ação, não sendo, portanto, ensináveis como saber teórico. Antes seria um conjunto de costumes que deveriam ser reiteradamente exercitados com as jovens gerações, para que elas venham a

atingir a “força moral”, que pode ser extraída, nos dizeres de Marques, sob três estratégias: exortação; exemplo e envolvimento (MARQUES, 2001, p. 50).

Destarte, sobre este tripé, estaria a missão do educador, ou seja, seria papel dos professores e educadores de um modo geral, a formação de crenças, de hábitos, do uso repetido de bons exemplos a serem seguidos, a fim de que o hábito, por assim dizer, condicione os alunos à prática de condutas éticas e morais. (BOTO, 2002, p. 5-6).

Este pensamento se assemelha à forma com que Camps (1995, p. 52) enxerga o assunto. Segundo o autor, a educação deve formar nos discentes a razão autônoma, fazendo com que os alunos despertem para a deliberação, para a argumentação e para a defesa de seus pontos de vista. E a melhor maneira para isso acontecer, nos dizeres do autor, é através de bons exemplos, posto que “o exemplo persuade do valor intrínseco a certas atitudes e a certos modos de julgar”. Nos dizeres do autor:

As idéias se impõem quando se sabe defendê-las, e a defesa que revela suas próprias perplexidades e ambigüidades, e se mostra capaz de ponderar sobre elas, pode ser mais convincente do que uma pura e simples declaração de princípios (CAMPIS, 1995, p. 52).

O valor ético não está em definir regras imutáveis e prontas para a conduta ou o comportamento humano. Pelo contrário, a ética não se direciona no sentido de prescrever normas de conduta, mas busca exprimir um sentido racional e voluntário para as condutas humanas. Portanto, o modo ético de agir advém dos desejos humanos e se caracterizam pela repetição de atitudes boas e justas, donde se depreende que a formação do caráter está ligada ao hábito e à instrução, e a expressão da personalidade ética da pessoa deverá traduzir a conexão entre seu ethos como caráter e o seu ethos como hábito (OLIVEIRA, 2005, p. 17).

Seria então a educação uma “imitação-representação” do bom e do justo, necessário quando se pensa a formação da virtude através da educação. Trata-se, portanto, de hábito, pela prudência do discernimento, alicerçado pela equidade da prática e das rotinas destinadas ao bem comum. (BOTO, 2002, p. 12).

A educação deve primar pela busca da verdade, por ser uma questão de lógica e uma exigência ético-moral que os alunos, futuros profissionais, estejam preparados para ingressar no mercado de trabalho de forma honesta e digna, ao mesmo tempo em que se espera que estejam aptos a exercer suas profissões. Acerca do assunto, um exemplo nos é dado por Martinez (2006), ao afirmar que

O plágio da monografia de anatomia, pelo jovem médico, pode explicar porque operou a perna esquerda se a doente era a direita; a prova de aritmética colada, pelo engenheiro, pode explicar porque caiu o prédio; a aula perdida de monografia e de metodologia da pesquisa científica (ou de ética profissional) pode explicar porque o bacharel em direito é capaz do plágio com tamanha desfaçatez.

A pesquisa científica busca complementar a formação do aluno. Por sua vez, o mercado de trabalho vem exigindo cada vez mais que os profissionais tenham um bom nível de conhecimento e que estejam em contínuo processo de aperfeiçoamento, capacitando-os a entender a dinâmica do mundo globalizado que está à sua volta (FARAH JÚNIOR, 1999, p. 1).

As salas de aula e as universidades são centros de reflexão crítica e de criação científica e, somados às orientações de competentes professores, podem propiciar a formação de profissionais capazes de produzir obras autênticas e inteligentes, que satisfaçam os novos paradigmas, formando recursos humanos mais críticos e capazes de atender a nova realidade social.

Portanto, desde cedo, o jovem deve ser instigado à busca pela verdade, como uma questão de ética e de moral, para que os cidadãos e os profissionais, que serão lançados no mercado de trabalho, sejam pessoas comprometidas com a justiça e a verdade. Espera-se, pois, uma maior participação dos docentes, no sentido de adotarem tolerância zero para as práticas ilegais como o plágio, por exemplo, desafiando e estimulando o raciocínio dos discentes.

A questão em pauta não é dificultar o acesso à informação, ou limitar o uso de pesquisas realizadas pela rede mundial de computadores, a Internet, nem tampouco promover um retrocesso ao movimento “Ludista” da época da Revolução Industrial. O cerne está em desenvolver um raciocínio crítico que instigue a busca por novos conhecimentos, mas com opiniões e conclusões próprias, sem que seja preciso recorrer a idéias alheias, menos ainda roubando-lhe a autoria.

O acesso à informação é assegurado pela Constituição Federal em seu art. 5º, XVII, da mesma forma que é assegurado juridicamente o direito de autoria ao autor de obras literárias, artística ou científica. Contudo, é preciso que se tenha em mente que a democratização da informação, propiciada principalmente pela internet, que potencializou a comunicação entre povos e culturas, não pode servir de justificativa para que as idéias intelectuais sejam apoderadas e repassadas sem os devidos créditos, devendo prevalecer a liberdade de informação, com a idoneidade da fonte.

É preciso então saber distinguir a diferença entre a livre divulgação de notícias e de conhecimento, do ato famigerado e inescrupuloso do plágio, pois que há uma distância brutal entre a democratização da informação e a falsidade intelectual. A importância de se citarem as fontes consultadas em um processo de criação intelectual é deveras importante, visto que é uma das formas de se buscar ainda mais idoneidade e credibilidade ao que fora produzido e apresentado. O gesto da “citação”, além da honestidade intelectual e do valor moral, agrupa valor intelectual e científico, uma vez que apresenta outros autores que pensam de maneira semelhante e que dão base científica para que se emitam novas opiniões e conclusões (MARTINEZ, 2006).

4. CONCLUSÃO

Da forma como as coisas acontecem neste novo mundo globalizado, tudo não passa de uma realidade estática e acabada. E como mostrar a uma criança que já “nasce” dominando os comandos da internet, que ela não pode apenas plagiar o mundo que se encontra à sua frente, neste encantador mundo virtual? Como explicar que ela precisa pensar, criticar, indagar as informações que lhes são despejadas aos montes pelo fantástico mundo das comunicações?

É preciso, pois, uma nova prática educacional que faça os alunos se voltarem para a pesquisa, para a teoria crítica, para as descobertas. Caso contrário, um mundo “pronto” de informações já estará logo ali, ao alcance das mãos, prontos para serem copiados, plagiados, reprisados...

Busca-se, pois, um novo hábito de conduta dos alunos, que primem pela pesquisa científica e que entendam que o “hábito faz o monge”. Só assim será possível preparar, nas salas de aulas, pessoas dignas e cidadãos comprometidos com a sociedade que os cerca.

Diante do exposto, papel de extrema importância compete aos profissionais da área da educação, no sentido de incentivar o aluno a pensar por si mesmo, de indicar os passos para que ele trilhe seu próprio caminho, não só para a vida acadêmica, mas também como espelho para sua vida pública. Não pode existir um bom profissional, nem tampouco um cidadão, que trilhe seu caminho sem mérito próprio, apoderando-se de idéias alheias. É preciso que, desde cedo, o aluno seja instigado a pensar e a exercer a honestidade, para que se torne um cidadão digno e um profissional de respeito.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. Tradução Mario Gama kury. 4. ed. Brasília: UNB, 2001.

BOTO, C. **A ética de Aristóteles e a educação**. Disponível em: <<HTTP://www.hoyyopos.com/videtur16/carlota.htm>>. Acesso em: 30 mar. 2008.

CAMPOS, V. **Ética, retórica e política**. Madrid: Alianza, 1995.

COSTA NETO, J. C. **Direito autoral no Brasil**. São Paulo: FTD, 1998. (Coleção Juristas da Atualidade).

FARAH JÚNIOR, M. F. A empresa brasileira e os desafios da globalização: o papel da pesquisa na busca de novos modelos de gestão. **Revista FAE**, Curitiba, v. 2, n. 2, maio/ago. p. 33-40, 1999.

FURTADO, J. A. P. X. Trabalhos acadêmicos em direito e a violação de direitos autorais através de plágio. **Jus Navegandi**, Teresina, a. 07, n. 60, nov. 2002, Disponível em: <<HTTP://WWW.jus2.uol.com.br/doutrina>>. Acesso em: 08 abr. 2008.

LONGO, E. A. G. M. Educar para a liberdade. **Revista Periódica EDUC@ação – CREUPI**, Espírito Santo do Pinhal, São Paulo, v. 1, n. 01, out. 2003.

MARQUES, R. **O livro das virtudes de sempre: ética para professores**. São Paulo: Landy, 2001.

MARTINEZ, V. C. Plágio em trabalho universitário e o papel do educador. **Jus Navigandi**, Teresina, a. 10, n. 1081, jun. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/pecas/texto.asp?id=692>>. Acesso em: 11 abr. 2008.

MARTINS, L. C. **A dimensão ética no processo de formação universitária**. Disponível em: <http://www.ufmg.br/bioetica/trabalhos/CONTRIBUICOES_A_DIMENSAO_ETICA-LINCOLN_C_MARTINS.doc> . Acesso em: 08 abr. 2008.

OLIVEIRA, J. S. de. Notas para pensar a ética, educação e a escola. *Intellectus. Revista Acadêmica Digital das Faculdades UNOPEC*, Sumaré, São Paulo: a.

2, n. 4, jan./jul. 2005.

SERES, M. **Elementos para a história das ciências**. Lisboa: Terra Mar, 1996.

UNIVERSIDADE PARANAENSE

PÓS-GRADUAÇÃO

STRICTO SENSU

MESTRADO EM BIOTECNOLOGIA APLICADA À AGRICULTURA

RECOMENDADO PELA CAPES

PÚBLICO ALVO:

Profissionais graduados em Biologia, Agronomia, Farmácia, Medicina Veterinária, Química, Engenharia e Tecnologia de Alimentos e áreas afins.

LINHAS DE PESQUISA:

1. Biotecnologia Aplicada à Microbiologia Agrícola;
2. Biotecnologia Aplicada ao Melhoramento Vegetal;
3. Coleta, Caracterização e Conservação de Germoplasma.

INFORMAÇÕES:

Secretaria de Pós-Graduação Stricto Sensu
da UNIPAR-Umuarama (Sede)

Horário: das 9 às 18 horas, de segunda à sábado

(44) 3621.2885

e-mail: mtbdiotecologia@unipar.br

www.unipar.br

